

MEMÓRIA E PERSPECTIVAS

José J. Queiroz

Entrevista a Marina Silveira Lopes

Os primórdios e os objetivos iniciais

O Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUCSP ministrava, desde 1971, a Disciplina de PFTHC (Problemas Filosóficos e Teológicos do Homem Contemporâneo). Na época, (década de 1970) o recente documento da área de educação do CELAM (Conselho Episcopal Latino Americano) sobre as Universidades Católicas, urgia uma presença mais marcante da teologia e das ciências religiosas dentro e fora da Universidade e um diálogo com as demais ciências. Ao mesmo tempo, enfatizava a presença das Universidades Católicas no contexto social mais amplo, respondendo a seus desafios oriundos da situação de injustiça e das afrontas aos direitos humanos em tempos de ditaduras militares no Brasil e em quase todos os países do Continente.

Como medida concreta, foi criado na PUCSP o Instituto de Estudos Especiais (IEE) quando era vice-reitor comunitário o monge beneditino Dom Cândido Padim, que, com a Dra. Nadir Kfourri, participara do Encontro do CELAM. Com a nomeação da Dra. Kfourri ao cargo de Reitora, sendo Grão Chancelar Dom Paulo Evaristo Arns, e assumindo a vice-reitoria comunitária o professor padre Edênio Valle, que integrava o Departamento de Teologia e Ciências da Religião, o Instituto entrou em uma nova fase, mais dinâmica, da

qual participei como Diretor, planejando e executando inúmeras atividades que estabeleciam pontes entre a PUC e a comunidade mais ampla, que foram consignadas nas várias publicações do IEE.

No âmbito da graduação, a disciplina de PFTHC realizava o diálogo com as demais disciplinas, que integravam o Ciclo Básico da PUCSP, mas permanecia restrita aos alunos do primeiro ano, pois não havia uma faculdade de teologia, nem curso de teologia e ciências da religião nos demais semestres. A pesquisa no campo religioso permanecia restrita à orientação de alguns TCCs ou trabalhos de Iniciação Científica. Já a pós-graduação da PUC, tendo à frente o Professor Joel Martins, vivia uma fase de expansão e se projetava no cenário nacional e internacional como grande expoente da pesquisa e da formação de mestres e doutores. Alguns professores do Departamento de Teologia e Ciências da Religião haviam estudado na Europa e conheciam o desenvolvimento da(s) Ciência(s) da Religião nas Universidades Européias, em especial, na Alemanha e na França, com uma conotação secularizada e separada da teologia. E lamentavam que no Brasil havia total carência de estudos nessa área, pois os cursos de graduação e pós-graduação limitavam-se à área de teologia e eram confessionais, destinados à formação de clérigos ou pastores.

Foi a partir daí que começou a amadurecer a idéia da criação na PUCSP de uma pós-graduação em Ciências da Religião para realizar pesquisas e estudos da religião em diálogo com os demais Programas que integravam a CGPG (Comissão Geral da Pós-Graduação).

A idéia foi criando consistência no Departamento, com o apoio de professores de renome que na Pós-graduação já trabalhavam o campo religioso, nomeadamente o professor Candido Procópio, a professora Beatriz Muniz e outras professoras que se dedicavam, na área da antropologia, aos estudos religião.

Ciências da Religião e Teologia

Fato curioso é que a idéia inicial era criar um Programa de Pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião devido à proximidade e à confluência das duas áreas, além do fato de que a maioria dos professores do Departamento, que promoviam a criação do novo Programa, havia feito estudos teológicos em faculdades e seminários. Na CGPG, o Programa foi aprovado unindo as duas áreas. Mas quando passou pela Comissão de Ensino e pelo CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa), na reunião do dia 06 de dezembro de 1968, a ata daquele Colegiado diz textualmente: “Quanto ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências da Religião, o Parecer da Comissão de Ensino foi favorável, sendo aprovado por unanimidade pelo Plenário do Conselho (entenda-se, pelo Plenário do CEPE), apenas

recomendando a alteração do título de Mestrado em Teologia e Ciências da Religião por Mestrado em Ciências da Religião”. Com essa recomendação, o Programa nascia autônomo, isto é, separado da Teologia e assim foi aprovado pelo Conselho Universitário na última reunião realizada em dezembro 1968.

Entretanto, autonomia não significaria ruptura, pois, desde início até hoje, a teologia marca presença no Programa. A princípio, com maior vigor pela influência direta da Teologia da Libertação, que permeava, como referência teórica, a maioria das dissertações. Depois, com presença menor, quando outros referenciais psicológicos (Jung, Winnicott e outros), sociológicos (Durkheim, Weber e outros), filosóficos (na linha da fenomenologia “clássica”, com especial referência a Otto e Eliade, e à filosofia da religião de vertente judaica e outros), a literatura, os estudos pós-modernos ou pós-estruturalistas relativos à religião, as fontes antropológicas, a linha da historiografia, as ciências naturais, o ensino religioso e a abertura para os estudos das religiões não cristãs, passaram a fermentar o currículo do Programa.

A proposta inicial do Programa

No primeiro regulamento, a proposta do programa enuncia com clareza sua opção pelo fenômeno religioso com preferência em pesquisar a partir do lugar latino americano e brasileiro. E já aparecia também o seu caráter multidisciplinar pelo diálogo com outras ciências, de modo particular, a teologia, a filosofia, a psicologia e as ciências sociais.

Da criação do Programa participaram os professores do Departamento de Teologia e Ciências da Religião, nomeadamente, os professores Marcos Masetto, então coordenador do Ciclo Básico e do Departamento, Alípio Casali, Mauro Batista, (já falecido). Mas o articulador principal foi Edênio Valle, então vice-reitor da PUCSP, contando com o incentivo e apoio de Candido Procópio, Beatriz Muniz, Carmem Cinira e Joel Martins, então coordenador da CGPG. O Programa foi aprovado na gestão da reitora doutora Nadir Kfoury, sendo Vice-Reitor Acadêmico o saudoso professor Casemiro dos Reis Filho.

O nascimento do Programa constitui uma novidade no cenário acadêmico brasileiro, pois não havia no País nada semelhante, com exceção do recém fundado Programa de Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Bernardo do Campo. No Brasil, vigorava a ditadura militar e era aguda a tensão entre o regime e a Igreja, aliada na luta pelos direitos humanos e pela volta do Estado de Direito. Embora o Programa, em seus primórdios, tenha recebido direta influência da Teologia da Libertação e dos referenciais marxistas, em

especial, na vertente gramsciana, não houve restrições políticas à criação do Programa, nem foi intenção explícita dos fundadores estabelecer um enclave marxista nos seu currículo.

Os primeiros anos e a afirmação do Programa

Nos primeiros anos, o Programa teve dificuldade de se firmar no âmbito da CAPES não por resistência desse órgão do Ministério da Educação, mas por questões internas. No início, que eu considero como uma fase de “incubação”, eram poucos os alunos, em sua maioria sacerdotes, religiosos e freiras. O corpo docente era reduzido e muito dependente de empréstimos de outros programas, em especial, da sociologia e da antropologia e essa situação se refletia na escassez das pesquisas (apenas 4 dissertações de mestrado nos primeiros anos) e nas publicações. O espaço físico era inexistente. Não havia nem sala nem secretaria própria, funcionando em espaço alheio e utilizando serviços estruturais de outros programas. Por essa razão, nos primeiros anos, permaneceu com a avaliação mínima da CAPES (que, na época, era o conceito C) e até correu o risco de ser cancelado do rol dos programas de pós-graduação.

Houve também ânimos adversos ao Programa por considerá-lo sem objeto próprio, posto que outras áreas supostamente já cobriam os estudos da religião. Por isso, foi necessário provar a que viemos e nossa especificidade no espaço da Universidade e diante das demais ciências. Isso se fez de maneira pragmática e não apenas teórica. Buscou-se a consolidação do Programa ampliando o corpo discente mediante uma criteriosa divulgação que atraiu um público leigo das mais variadas áreas da graduação.

Essa ampliação possibilitou negociar com a reitoria a admissão de novos professores de reconhecida competência, o que permitiu ampliar o leque das disciplinas, das orientações, das pesquisas e das publicações. Aos poucos, o Programa foi se amoldando às exigências da CAPES e passou a ser reconhecido dentro da Universidade, com ressonância também em nível nacional e, mais recentemente, em âmbito internacional. Paralelamente, foi melhorando sua avaliação pela CAPES, conseguindo o conceito B (o conceito A era reservado apenas a poucos Programas de excelência).

Assim a academia dentro e fora da PUCSP passou a ver no Programa a afirmação de uma área de conhecimento autônoma, desvinculada da teologia, buscando sempre maior clareza do seu objeto e método, mantendo o caráter interdisciplinar e mirando o campo religioso sob múltiplos enfoques.

Evolução e futuro do Programa

Ao longo dos 30 anos, o Programa apresentou uma evolução constante no que tange as disciplinas e as linhas de pesquisa. Seria muito oportuno que se fizesse um levantamento da evolução da proposta do Programa a partir dos relatórios anualmente enviados a CAPES, como também dos interesses de pesquisa (temáticas abordadas), e dos referenciais teóricos que foram trazidos como suporte das análises dos temas e dos dados empíricos. No início, o foco eram disciplinas um tanto esparsas, fragmentadas. Por exemplo, havia metodologia, leitura sistemática de autores, temas teológicos, psicológicos, sociológicos, etc. Era ainda uma espécie de curso de atualização para uma clientela majoritariamente composta por religiosos. Depois, foi se firmando o caráter de um Programa de Pesquisa e Produção de conhecimento, cada vez mais secularizado devido ao afluxo de um grande contingente de alunos (e especialmente alunas) graduados e graduadas nas mais diversas áreas, o que trazia ao Programa uma riqueza de enfoques e ao mesmo tempo uma fragmentação de interesses e de temas de pesquisa.

Daí a necessidade de aglutinação. Começou-se com a criação de núcleos de estudos e pesquisa: núcleo de estudos filosóficos e teológicos da religião; núcleo de estudos de religião, sociedade e estado; núcleo de estudos psicológicos e culturais. Em seguida, atendo-se aos moldes da CAPES, as disciplinas, atividades e temas de pesquisa e de produção científica foram agrupados em áreas de concentração cada uma delas com suas respectivas linhas, tal como hoje é praticado no Programa.

O doutorado só foi criado recentemente, na terceira década, pois foi necessário atingir a consolidação do Programa, com um corpo docente consistente, uma produção ampliada e qualificada dos professores e dos alunos, o que se refletiu na avaliação de CAPES que, na escala de 3 a 7, atribuiu-lhe a nota 4 e depois a nota 5, sendo que hoje está sendo pleiteada a nota 6, que seria a mais justa para espelhar a atual situação de “quase” excelência em que ele se encontra. O grau de excelência corresponde à nota 7 e pouquíssimos Programas a conseguem. O doutorado não requereu especial adequação do Programa, pois resultou do seu amadurecimento. Somente foi necessária uma proposta específica que o distinguisse do Mestrado e um rol de disciplinas introdutórias e básicas adequadas ao novo patamar de estudos e pesquisas.

Atualmente, o Programa participa ativamente da Associação dos Programas de Pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião (ANPECRE), da qual se espera um fortalecimento político da área no sentido de fazer reconhecer a autonomia da(s) ciência(s) da religião com relação à teologia e a autonomia dessas duas áreas frente à filosofia, que ainda é o guarda-chuva de ambas junto ao Ministério da Educação.

Recentemente, o Programa está ampliando suas relações internacionais, recebendo professores visitantes do exterior, promovendo e participando de encontros com a colaboração e presença de universidades de outros países. Falta ainda uma política mais aguerrida para que nossos professores também sejam convidados como visitantes em universidades do exterior. Outra preocupação é a de responder aos critérios de qualidade da CAPES no que tange aos eventos e às publicações de livros e artigos em revistas.

Há de se notar que ainda existem diferenças na área no que tange à nomenclatura, ao seu constitutivo formal, às áreas de concentração e às linhas de pesquisa. Diferenças saudáveis, pois evidenciam a riqueza e a criatividade própria dos contextos acadêmicos em que esses programas atuam. Os Programas de Pós-graduação em Ciência(s) da Religião vêm se multiplicando em universidades particulares e públicas, em várias regiões do Brasil. Dentre os Programas que contam com mais tradição de pesquisas e maior projeção no cenário nacional e internacional estão o da UMESP, o da PUCSP e o da Federal de Juiz de Fora. Faria uma injustiça aos demais se não dissesse que todos, cada qual com suas peculiaridades, estão respondendo de maneira qualificada ao incremento da área.

A internacionalização, isto é, o trabalho de cooperação com Programas do Exterior em Ciências da Religião, História, Filosofia e Sociologia da Religião precisa ser dinamizado mediante convênios e ações conjuntas. Nesse sentido, a iniciativa do nosso Programa, mediante seu Grupo de Pesquisa Pós-religare – Pós-modernidade e religião, que firmou um Convênio de Cooperação com a Faculdade de Filosofia e o Programa de Pós-graduação em Filosofia da Religião da Universidade Católica Portuguesa - Campus de Braga – é um trabalho que deveria ser assumido também por outros Grupos de Estudos e Pesquisa, na medida do possível. No âmbito do Convênio, já aconteceu, com sucesso, em Braga, um primeiro simpósio luso-brasileiro sobre Experiência Religiosa na Modernidade e na Pós-modernidade, em janeiro deste ano, e está em vias de preparação o segundo simpósio a ser realizado na PUCSP, em setembro de 2010. No mesmo convênio estão previstos intercâmbios de docentes e alunos, de publicações e de pesquisas conjuntas, o que poderá constituir um crescimento qualitativo de grande relevo para ambas as instituições.